

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA  
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA**

**PROCEDIMENTO N.º 02/CPÚBLICO/2025**

## **PARTE I**

### **OBJETO E ÂMBITO DO CONCURSO**

#### **Cláusula 1.<sup>a</sup>**

##### **Identificação e objeto do concurso**

1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de higiene e limpeza, nos termos mais bem definidos no caderno de encargos.
2. O presente procedimento segue a tramitação do Concurso Público Internacional, nos termos dos artigos 130.º a 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).
3. O objeto do contrato a celebrar encontra-se classificado, de acordo com o Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), com o seguinte código: 90910000-9 Serviços de limpeza.

#### **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

##### **Entidade adjudicante**

1. A entidade adjudicante é a Nova School of Business and Economics, Unidade Orgânica integrante da Universidade Nova de Lisboa ("UNL"), Fundação Pública com regime de Direito Privado, pessoa coletiva n.º 501559094, com o número de Identificação de Segurança Social 20007576569, com sede na Rua da Holanda n.º 1, 2775-405 Carcavelos, com o número de telefone 213 801 600 e com o endereço eletrónico [compras@novasbe.pt](mailto:compras@novasbe.pt).
2. A Plataforma Eletrónica de Contratação da entidade adjudicante é [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) (doravante designada Plataforma Eletrónica).
3. O concurso é conduzido por um júri composto por cinco membros efetivos e dois suplentes, nomeados pelo órgão competente, cabendo-lhe exercer as funções previstas na lei e no presente programa do procedimento (Júri).

#### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

##### **Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada pelo Diretor, Prof. Doutor Pedro Manuel Sousa Mendes Oliveira, conforme autorização de realização de despesas e delegação de competências constante do

Despacho do Conselho de Gestão da Universidade Nova de Lisboa, datado de 15 de maio de 2025.

## **PARTE II**

### **APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

#### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

##### **Acesso ao procedimento e disponibilização das peças**

1. Nos termos do disposto no artigo n.º 133.º do CCP, as peças do procedimento serão integralmente disponibilizadas na Plataforma Eletrónica, desde o dia da publicação do anúncio em Diário da República.
2. O procedimento é constituído pelas seguintes peças:
  - a) O presente programa do procedimento;
  - b) O caderno de encargos.
3. O procedimento foi alvo de publicação no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.
4. O acesso à Plataforma Eletrónica permite aos interessados realizar a consulta, o download gratuito das peças do procedimento, bem como apresentar proposta, devendo estes, para tanto, proceder ao respetivo registo, de acordo com as indicações constantes da Plataforma Eletrónica.

#### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

##### **Esclarecimentos e retificação sobre as peças do procedimento**

1. Os interessados podem apresentar os pedidos de esclarecimento necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, através da Plataforma Eletrónica, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. No prazo referido no número anterior, os interessados podem apresentar uma lista com identificação expressa e inequívoca dos erros e omissões detetados nas peças do procedimento.
3. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar expressa e inequivocamente os erros e omissões detetados no caderno de encargos, com exceção dos previstos na alínea d) do n.º 2 do artigo 50.º do CCP e daqueles que apenas pudessem ser identificados na fase de execução do contrato.

4. Os esclarecimentos solicitados serão prestados pelo Júri até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
5. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, identificando, se for o caso, os termos do suprimento daqueles, considerando-se rejeitados todos os que não forem expressamente aceites.
6. As listas juntas pelos interessados, os esclarecimentos prestados, bem como as retificações efetuadas nas peças do procedimento devem ser disponibilizadas na Plataforma Eletrónica, notificando-se os interessados.
7. A falta de resposta a qualquer pedido de esclarecimento ou de retificação, expressamente aceite, ou o atraso nessas respostas para além dos prazos fixados, obriga à prorrogação do prazo para a entrega das propostas, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
8. A prorrogação do prazo para a apresentação das propostas aproveita a todos os interessados.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Apresentação das propostas e documentos**

1. A proposta e os documentos que a instruem devem ser apresentados exclusivamente na Plataforma Eletrónica.
2. A proposta deve ser, obrigatoriamente, instruída com os seguintes documentos:
  - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP);
  - b) Proposta de preços unitários elaborada em conformidade com o Anexo A ao presente programa de procedimento;
  - c) Condições gerais e particulares da proposta - Descrição pormenorizada do modo como o concorrente se propõe prestar os serviços;
  - d) Lista dos produtos que se propõem utilizar, as suas características técnicas e respetivas fichas de dados de segurança, no caso de produtos considerados perigosos;
  - e) Listagem de trabalhadores a afetar à execução do contrato;
  - f) **[Caso aplicável]** Indicação das características da solução de plataforma, incluindo:
    - a. Demonstração da conformidade com os requisitos mencionados;
    - b. Casos de sucesso ou referências de implementação similares;

c. Cronograma de implementação

g) Certidão comercial atualizada ou código de acesso à mesma.

3. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, deve ser entregue nos termos do n.º 5 do artigo 62.º do CCP.

4. À exceção do documento previsto na alínea d) do ponto 2 da presente cláusula, que podem ser apresentados na língua inglesa, a proposta, bem como os documentos que a instruem devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução e em relação à qual a entidade concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos legais, sobre os respetivos originais. Serão considerados como inexistentes os documentos em língua estrangeira que não sejam acompanhados da respetiva tradução, à exceção de terminologias técnicas que não tenham tradução em língua portuguesa ou que façam parte do jargão aplicável.

5. O concorrente pode ainda apresentar outros documentos que considere indispensáveis para o esclarecimento dos atributos da sua proposta, nos termos do nº 3 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos.

6. Todos os documentos referidos no nº 2 devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar nos termos da lei aplicável, nomeadamente, da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

7. Os termos a que deve obedecer a apresentação e a receção das propostas referidos nos números anteriores são definidos na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

8. A proposta que não seja apresentada em conformidade com o disposto nos números anteriores será alvo de exclusão ou, se aplicável, de suprimimento nos termos do artigo 72.º, n.º 3 do CCP.

### **Cláusula 7.ª**

#### **Visita ao local**

1. Tendo em vista a correta apresentação de propostas e dada a importância do conhecimento do local onde irá ser executada a instalação, a entidade adjudicante disponibiliza-se, mediante agendamento prévio para o efeito, a acompanhar visitas ao local.

2. O agendamento da visita deve ser solicitado ao júri do procedimento, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da Plataforma Eletrónica.

### **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

#### **Apresentação de propostas variantes**

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

#### **Prazo para a apresentação das propostas**

1. As propostas devem ser apresentadas na Plataforma Eletrónica até às 17:00:00 do 30.º dia a contar da data de envio do anúncio para publicação.
2. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os concorrentes que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando que comuniquem tal facto à entidade adjudicante através da Plataforma Eletrónica.
3. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

#### **Prorrogação do prazo fixado para apresentação das propostas**

1. Quando os esclarecimentos ou retificações previstas na Cláusula Quinta sejam comunicados aos concorrentes para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação da proposta deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
2. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões referidas na Cláusula Quinta implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, independentemente do momento da sua comunicação pela entidade adjudicante, o prazo fixado para a apresentação da proposta deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
3. As decisões de prorrogação cabem ao órgão competente para a decisão de contratar, que as pode delegar no Júri do procedimento, e serão juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os concorrentes que as tenham adquirido, publicando-se aviso daquelas decisões, nos termos previstos na Cláusula Quinta.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### **Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas**

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na Plataforma Eletrónica.
2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na Plataforma Eletrónica.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias úteis contados da publicação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar.

### **PARTE III**

#### **ANÁLISE DAS PROPOSTAS**

#### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

##### **Critério de adjudicação e desempate**

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, na modalidade multifator, pela aplicação, por ordem decrescente de importância, dos seguintes fatores:
  - a) Preço da Proposta (PP) – 75%
  - b) Valor Homem/Bolsa de horas dos elementos da equipa técnica (VH/H) – 10%
  - c) Número de Robôs Autónomos de Limpeza (R) – 10%
  - d) Plataforma de Eletrónica de Gestão dos Serviços de Limpeza (P) – 5%

A Classificação Final da Proposta (CF) resulta da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = PP \times 0,75 + VH/H \times 0,10 + R \times 0,10 + P \times 0,05$$

**I. O Factor PP – PREÇO DA PROPOSTA** resulta da aplicação da seguinte fórmula:

$$PP = ((P_{base} - P_{pr}) / (P_{base})) \times 100$$

Em que,

**P<sub>base</sub>** – Preço base conforme consta no caderno de encargos (s/IVA);

**P<sub>pr</sub>** – Preço da proposta (s/IVA).

**II. O Factor VH/H – VALOR HOMEM/BOLSA DE HORAS**, resulta da aplicação da seguinte fórmula:

| Descritivo   | Pontuação (em pontos) |
|--|-----------------------|
| Não há percentagem (%) de variação entre os valores propostos hora homem operação e os valores propostos homem hora bolsa de horas<br>(Valor H/H Bolsa = V H/H Operativa Normal)                                 | 100                   |
| Verifica-se uma variação até e igual 20% entre os valores propostos hora homem operação e os valores propostos homem hora bolsa de horas<br>(Valor H/H Bolsa / V H/H Normal) X100 <=20% ->)                      | 90                    |
| Verifica-se uma variação superior a 20% e até ou igual 40 % entre os valores propostos hora homem operação e os valores propostos homem hora bolsa de horas<br>(Valor H/H Bolsa / V H/H Normal) X100 >20% <=40%) | 70                    |
| Verifica-se uma variação superior a 40% e até ou igual 60 % entre os valores propostos hora homem operação e os valores propostos homem hora bolsa de horas<br>(Valor H/H Bolsa / V H/H Normal) X100 >40%<=60%)  | 30                    |
| Verifica-se uma variação superior a 60% entre os valores propostos hora homem operação e os valores propostos homem bolsa de horas<br>(Valor H/H Bolsa / V H/H Normal) X100 >60%)                                | 0                     |



**Nota:** Para efeitos da atribuição da pontuação constante da tabela acima será considerada a média aritmética, dos valores propostos homem hora da operação por comparação com a média aritmética dos valores propostos homem bolsa de horas, para a globalidade do prazo contratual (2025 a 2028), para as seguintes tipologias:

1. Encarregada, dias úteis diurnos;
2. Encarrega sábados diurnos;
3. Piquete dias úteis diurnos;
4. Piquete sábados diurnos;

### III. O Fator R – Número de Robôs de Limpeza Autônoma

Para que o presente fator seja objeto de análise e correspondente atribuição de pontuação, deverá respeitar os seguintes requisitos mínimos:

- Os robôs profissionais de limpeza autónoma de pavimentos devem ter as seguintes características mínimas:
  - equipado com LIDAR e sensores de última geração que permitem a máxima segurança em ambientes dinâmicos;
  - permitam efetuar tarefas com rendimentos até 1500 m<sup>2</sup>/h;
  - deteção e limpeza apenas das áreas em que deteta sujidade no pavimento;
  - sistema de filtragem de 5 estágios que permita economizar até 80% de água do processo de lavagem;
  - Com um preciso sistema de navegação e localização que permite limpar com elevadas taxas de cobertura de área de limpeza

Será atribuída a seguinte pontuação consoante o número de robôs apresentado que cumpra as especificações anteriormente identificadas:

| Número de robôs | Pontuação (em pontos) |
|-----------------|-----------------------|
| 5 ou mais       | 100                   |
| 4               | 90                    |
| 3               | 75                    |
| 2               | 50                    |

|   |    |
|---|----|
| 1 | 25 |
| 0 | 0  |

#### IV. O Fator P - Plataforma de Eletrónica de Gestão dos Serviços de Limpeza

Será valorizado o concorrente que apresente uma plataforma eletrónica de gestão dos serviços de limpeza, a qual deverá respeitar os seguintes requisitos mínimos:

1. A plataforma eletrónica de gestão do serviço deve permitir o registo, monitorização e controlo das atividades realizadas, bem como a gestão de pedidos corretivos.

##### 1.1. Requisitos Gerais da Plataforma

A plataforma eletrónica deverá cumprir os seguintes requisitos gerais:

- Ser acessível via web e dispositivos móveis (Android e iOS);
- Ter uma interface intuitiva e fácil de utilizar por todos os intervenientes (prestador do serviço, fiscalização e gestor do contrato);
- Garantir a segurança e proteção de dados, conforme a legislação aplicável (incluindo RGPD);
- Permitir a exportação de relatórios e dados em formatos editáveis (CSV, Excel, PDF);

##### 1.2. A plataforma deverá contemplar, pelo menos, as seguintes funcionalidades:

###### 1.2.1. Registo e Monitorização dos Serviços de Limpeza

- Registo eletrónico de presença dos trabalhadores (check-in/check-out) em cada espaço a limpar;
- Identificação das áreas intervencionadas e dos procedimentos executados;
- Possibilidade de registo fotográfico antes e depois da limpeza;
- Geração automática de relatórios de serviço.

###### 1.2.2. Gestão de Pedidos Corretivos

- Permitir o registo de pedidos corretivos por parte da gestão do campus ou outros utilizadores autorizados;
- Atribuição automática ou manual dos pedidos corretivos às equipas de limpeza;
- Notificação das equipas de limpeza para atuação imediata;

- Registo de intervenção com data, horário e tempo de resolução;
- Histórico dos pedidos corretivos com status atualizado (pendente, em execução, concluído).

#### 1.2.3. Relatórios e Indicadores de Desempenho

- Geração automática de relatórios diários, semanais e mensais com informação sobre:
  - o Salas e espaços limpos;
  - o Tempo despendido em cada intervenção;
  - o Número de pedidos corretivos registados e resolvidos;
  - o Cumprimento dos níveis de serviço (SLA - Service Level Agreement);
- Visualização de indicadores de desempenho (KPIs) em dashboard interativo.

#### 1.2.4. Gestão de Utilizadores e Permissões

- Perfis de utilizador diferenciados (gestão do campus, prestador do serviço, fiscalização, utilizadores autorizados);
- Controle de permissões por função e responsabilidade;
- Auditoria e rastreamento de acessos e alterações nos registos.

## 2. Implementação e Suporte

O adjudicatário deverá assegurar:

- Instalação e configuração inicial da plataforma;
- Formação para os utilizadores designados;
- Suporte técnico e manutenção da plataforma durante a vigência do contrato;
- Atualizações regulares para melhorias e conformidade com requisitos de segurança.

## 2. Critério de desempate

Na situação eventual de resultar empate após a ordenação das propostas de acordo com o critério de adjudicação definido anteriormente, a seriação das propostas empatadas será aferida da seguinte forma:

- 1.º Critério - O concorrente que apresente maior pontuação relativa no fator “PREÇO DA PROPOSTA”;

- 2.º Critério – O concorrente que apresente maior pontuação no fator “Número de Robôs Autónomos de Limpeza;
- 3.º Critério - O concorrente que apresente maior pontuação no fator “Plataforma de Eletrónica de Gestão dos Serviços de Limpeza”;
- 4.º Critério - Por sorteio. O Júri convocará os concorrentes com 3 (três) dias úteis de antecedência, sendo comunicada a data, hora e local onde se realizará o ato de sorteio.

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

##### **Análise das propostas**

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos, de acordo com o critério de adjudicação definido nos termos do presente programa de procedimento.
2. Sem prejuízo do estabelecido no n.º 8 da Cláusula Sexta, serão excluídas as propostas considerando o disposto nos artigos 70.º e 146.º ambos do CCP
3. São excluídas as propostas cujo valor seja superior ao preço base, sem prejuízo da aplicação da possibilidade legal prevista no n.º 6 do artigo 70.º do CCP.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

##### **Esclarecimentos sobre as propostas**

1. O Júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessárias para efeitos de análise e avaliação das mesmas, de acordo com o previsto no artigo 72.º do CCP.
2. O Júri pode solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento de irregularidades formais das suas propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, nos termos do artigo 72.º, n.º 3 do CCP.

#### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

##### **Relatório Preliminar**

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação do concurso, o Júri elabora um relatório preliminar fundamentado, no qual deve propor a ordenação das propostas.

2. No relatório preliminar o Júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas relativamente às quais se verifique alguma das situações a que alude o n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
3. Quando o mesmo concorrente apresente mais de uma proposta o Júri proporá também a exclusão de todas as propostas por ele apresentadas.
4. Do relatório preliminar constará ainda referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto na cláusula décima quarta.

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

##### **Audiência prévia**

Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo, não inferior a cinco dias úteis, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

##### **Relatório final**

1. Cumprido o disposto na cláusula anterior, o Júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo 147.º do CCP.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

**PARTE IV**  
**ADJUDICAÇÃO**  
**Cláusula 19.<sup>a</sup>**

**Notificação da decisão de adjudicação**

1. O órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de adjudicação e notificá-la aos concorrentes até ao termo da obrigação de manutenção das propostas, fixado na cláusula décima, remetendo-lhes igualmente o relatório final de análise das propostas
2. Por motivo devidamente justificado, a decisão de adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi a escolhida.

**Cláusula 20.<sup>a</sup>**

**Causas de não adjudicação**

1. Não há lugar a adjudicação, extinguindo-se o procedimento, nas situações previstas no n.º 1 do artigo 79.º do CCP.
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.
3. A decisão de não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar, prevista no artigo 80.º do CCP.

**Cláusula 21.<sup>a</sup>**

**Documentos de habilitação**

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os documentos de habilitação referidos no artigo 81.º do CCP, a saber:
  - a) Declaração do Anexo II ao CCP e em anexo ao presente do procedimento;
  - b) Documentos comprovativos de que o adjudicatário não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do CCP;
  - c) Registo do Beneficiário Efetivo.
  - d) Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas (se aplicável).

2. Podem ser solicitados outros documentos de habilitação nos termos do n.º 8 do artigo 81.º do CCP.
3. No caso de não apresentação dos documentos de habilitação no prazo fixado por facto não imputável ao adjudicatário, e em função das razões invocadas, o órgão competente para a decisão de contratar poderá conceder um prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação, aplicando-se a norma constantes do n.º 4 do artigo 86.º do CCP.

#### **Cláusula 22.ª**

##### **Modo de apresentação dos documentos de habilitação**

1. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação através da Plataforma Eletrónica.
2. Quando os documentos a que se refere a alínea b) do n.º 1 da Cláusula Vigésima Primeira se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos, dele constantes, sejam redigidos em língua portuguesa.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundamentada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

#### **Cláusula 23.ª**

##### **Notificação da Apresentação dos documentos de habilitação**

O órgão competente para a decisão de contratar notifica em simultâneo todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia dessa apresentação e disponibiliza-os, para consulta, na Plataforma Eletrónica.

#### **Cláusula 24.<sup>a</sup>**

##### **Caução**

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário tem de prestar uma caução de 5% do valor global da adjudicação, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 89.º do CCP e de acordo com um dos modelos previstos nos Anexos B a D do programa de procedimento;
2. A caução deverá ser prestada, pelo Adjudicatário, no prazo de 10 dias úteis, a contar da notificação da adjudicação, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 90.º do CCP.

#### **PARTE V**

#### **CONTRATO**

#### **Cláusula 25.<sup>a</sup>**

##### **Minuta do contrato**

A minuta de contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

#### **Cláusula 26.<sup>a</sup>**

##### **Reclamações da minuta**

1. As reclamações da minuta do contrato só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da apresentação da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato comunica ao reclamante a sua decisão.
3. Decorrido o prazo fixado no número anterior sem que o órgão que aprovou a minuta do contrato se pronuncie sobre a reclamação apresentada, considera-se que a mesma foi rejeitada.



## **Cláusula 27.<sup>a</sup>**

### **Celebração do contrato**

1. A assinatura do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a) Decorridos 10 dias contados da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
- b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- c) Comprovada a prestação de caução, quando esta for devida, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 90.º.

2. O prazo de 10 (dez) dias previsto na alínea a) do número anterior não é aplicável quando só tenha sido apresentada uma proposta.

3. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, o seguinte:

- a) No caso de assinatura presencial do contrato, a data, a hora, e o local em que ocorrerá a respetiva outorga, com a antecedência mínima de cinco dias;
- b) No caso de assinatura por meios eletrónicos, o prazo para outorga e remessa do contrato, não podendo em caso algum esse prazo ser inferior a três dias.

## **Cláusula 28.<sup>a</sup>**

### **Despesas e Encargos**

As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito, são da responsabilidade do adjudicatário.

## **PARTE VI**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

## **Cláusula 29.<sup>a</sup>**

### **Prazos**

Todos os prazos indicados no presente programa cumprem o disposto no artigo 470.º do CCP.

**Cláusula 30.<sup>a</sup>**

**Normas aplicáveis**

Ao presente procedimento e, bem assim, em tudo o omissso no presente programa de procedimento, aplica-se o disposto no caderno de encargos e no CCP.

**ANEXO A**

**(Disponível em ficheiro Excel)**

## **ANEXO II ao CCP**

### **Modelo de Declaração**

[a que se refere a al. a) do n.º 1 do art. 81º do CCP]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

**ANEXO B**

**Modelo Guia de Depósito Bancário**

**Guia de Depósito**

Euros \_\_\_\_\_ €

Vai \_\_\_\_\_ (*nome do adjudicatário*), com sede em \_\_\_\_\_ (*morada*), depositar na \_\_\_\_\_ (*sede, filial, agência ou delegação*) do Banco<sup>1</sup> \_\_\_\_\_ a quantia de \_\_\_\_\_ (*por algarismos e por extenso*) em dinheiro/em títulos \_\_\_\_\_ (*eliminar o que não interessar*), como caução exigida no âmbito do contrato celebrado na sequência do Concurso Limitado por Prévia Qualificação n.º \_\_\_\_\_, para **aquisição de serviços de Higiene e Limpeza**, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

Este depósito, sem reservas, fica à ordem da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

<sup>1</sup> Identificação completa de qual a instituição de crédito.

## ANEXO C

### Modelo de Garantia Bancária

“Garantia Bancária”

Ao cuidado da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa

(Morada)

O \_\_\_\_\_ (Banco), com sede em \_\_\_\_\_ (morada) vem prestar, por conta e a pedido de \_\_\_\_\_ (nome do ADJUDICATÁRIO), com sede em \_\_\_\_\_ (morada), como ADJUDICATÁRIO do “Concurso Higiene e Limpeza”, garantia bancária até ao valor de \_\_\_\_\_ (por algarismos e por extenso), em caução do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do programa do procedimento e do caderno de encargos.

Consequentemente, este Banco constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, à Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa até àquele valor sem quaisquer reservas, e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pelo beneficiário, à primeira solicitação e até um limite máximo de 48 horas, sem questionar da sua justeza ou conformidade com o disposto no processo de concurso e documentos a ele anexos.

Esta garantia é de \_\_\_\_\_ (por algarismos e por extenso) e só será cancelada quando o beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do caucionado, decorrentes do acima especificado, o que deverá ser feito de acordo com o estabelecido no programa do procedimento e no caderno de encargos.

[Local e data]

[Assinatura dos representantes legais]

## ANEXO D

### Modelo de Seguro Caução

A \_\_\_\_\_ (companhia de seguros), com sede em \_\_\_\_\_ (morada) presta a favor da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com \_\_\_\_\_ (tomador de seguro), garantia à primeira solicitação no valor de \_\_\_\_\_ (por algarismos e por extenso), correspondente à caução de \_\_\_\_% do preço contratual prevista no programa do procedimento destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que \_\_\_\_\_ (Adjudicatário), com sede \_\_\_\_\_ (morada), assumirá no contrato que com a Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, vai outorgar e que tem por objeto a “Concurso de Higiene e Limpeza”, regulada nos termos da legislação portuguesa aplicável.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da Universidade Nova de Lisboa, sem que estes tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que \_\_\_\_\_ (ADJUDICATÁRIO) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre estes e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previsto no contrato e na legislação aplicável.

[Local e data]

[Assinatura dos representantes legais]